



Anais da Assembléia

Nº 102

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE JULHO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppino - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calcelito Canto - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Rery Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05; Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 003/96

DATA: 27 de junho de 1996.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a alienar o lote n° 75 do Imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga, a Renato Buzignani Pogetti.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do art. 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote n° 75 do Imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga, a Renato Buzignani Pogetti.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 27.06.96.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 004/96

DATA: 27 de junho de 1996.

SÚMULA: Altera o art. 1° da Resolução n° 37/94, de 22 de novembro de 1994.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do art. 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica alterado o art. 1° da Resolução n° 37/94, que passa a vigorar com o seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar o lote n° 74, do Imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga, ao Senhor Augusto Rodrigues".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 27.06.96.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

EMENDA N° 04 À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promulga nos termos do § 3° do Art. 64 da Constituição Estadual a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - O § 3° do Art. 61 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3° - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á, em sessão preparatória, a partir de 1° de fevereiro, no primeiro ano da Legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de 02 (dois) anos."

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.07.96.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1° Secretário

NELSON GARCIA - 2° Secretário

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 1996**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Posinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Ausente o Senhor Deputado Renato Adur (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM

Curitiba, 28.06.96.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência a fim de, nos termos do § 4º, inciso II, do art. 61, da Constituição Estadual, convocar essa augusta Assembleia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, no período de 08 a 15 de julho próximo, para apreciação de projetos de lei

por mim encaminhados através das mensagens constantes da relação anexa e que ora tramitam por essa Casa, tendo em vista versarem sobre matérias de relevante interesse público, além de outras proposições que forem oportunamente formuladas.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

Relação anexa à Mensagem nº 067/96, de 28 de junho de 1996..

Nº e DATA	ASSUNTO	Nº DO PROJETO
42/96, de 06.05.96	Aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.050.000,00 ao vigente orçamento da SEMA.	173/96
47/96, de 24.05.96	Institui o FUNDO PARANÁ, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado, nos termos do art. 205 da Carta Estadual.	212/96
48/96, de 24.05.96	Autoriza as IES a prestarem serviços e/ou produzirem bens para terceiros e repassarem parte da receita com essas atividades a servidores de seus quadros, a título de pro-labore.	213/96
49/96, de 29.05.96	Estabelece normas pertinentes ao sanitarismo animal no Estado do Paraná.	236/96
53/96, de 30.05.96	Autoriza o Poder Executivo a instituir, na modalidade serviço social autônomo, a PARANACIDADE.	238/96
54/96, de 07.06.96	Aprova crédito suplementar ao orçamento da Administração Geral do Estado, no valor de R\$ 15.000.000,00	248/96
55/96, de 07.06.96	Aprova crédito suplementar ao orçamento da COMEC, no valor de R\$ 14.000.000,00.	249/96
58/96, de 13.06.96	Institui a fiscalização da qualidade de produtos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, interestadual e à exportação.	256/96
59/96, de 13.06.96	Autoriza a contratação de operação financeira não reembolsável (doação) no valor de US\$ 12.000.000,00 junto ao Banco KFW, para financiamento do projeto proteção da floresta atlântica no Estado.	257/96
60/96, de 13.06.96	Aprova crédito suplementar no valor de R\$ 765.300,00, ao orçamento da Secretaria da Chefia de Gabinete do Governador, para despesas de reforma dos elevadores do Palácio Iguaçu.	258/96
61/96, de 13.06.96	Aprova crédito suplementar no valor de R\$ 1.700.000,00, ao vigente orçamento da SEID.	259/96
62/96, de 13.06.96	Aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 500.000,00.	260/96
66/96, de 18.06.96	Aprova ajuste no programa de obras, no valor de R\$ 4.269.530,00, ao vigente orçamento do DER - Programa de Corredores Rodoviários do Paraná.	279/96
67/96, de 28.06.96	Aprova crédito suplementar no valor de R\$ 18.100.000,00, ao orçamento da SEMA, para execução de obras do Programa PARANÁ-AMBIENTAL.	.

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o n° CTL/SEEG/081/96, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa, o Projeto de Lei n° 054/96. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n° 172/96, do Senhor Governador do Estado, encaminhando documentos referentes à Prestação de Contas da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS, correspondente ao exercício de 1995. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 299/96 relativo à Mensagem n° 067/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Lei n° 498/95, Proposição n° 043/95.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário dispensa de discussão e votação da Redação Final para a Proposição n° 047/96 Emenda à Constituição Estadual, aprovada em 2ª Discussão, e que não sofreu emendas constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário dispensa de discussão e votação para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido

emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por cinco sessões, do item 06, 2ª Discussão do Projeto de Lei n° 532/95, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante da Ordem do Dia da presente sessão (02.07).

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário inativo deste Poder, Roque Moreira Cosenza, ocorrido em 30 de junho de 1996.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 91 anos, faleceu o funcionário inativo deste Poder, Roque Moreira Cosenza, que deixou viúva dona Nair Torres Cosenza, 04 filhos e 07 netos.

O passamento de Roque Moreira Cosenza veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Seu servo Roque.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade. Pois o Senhor Roque Moreira Cosenza foi nosso primeiro chefe neste Poder Legislativo, pessoa competente, dedicada e cumpridora de seus deveres, com quem muito aprendemos e muito devemos por seus ensinamentos, dos quais até hoje nos valem.

O céu será grande e a paz sobre Roque Moreira Cosenza e o seu descanso não terá fim, desde agora para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Moreira Cosenza, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações à Polícia Militar do Paraná - Corpo de Bombeiros, pelo Dia Nacional do Bombeiro e pela formatura do Curso de formação de Soldados Bombeiros / 96 - Turma I e inauguração do Auditório Cel. CORM Pené Paul Wengenroth Silva.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Paraná - Corpo de Bombeiros, comemora o Dia Nacional do Bombeiro, esta classe valorosa sempre a serviço da segurança, diariamente atende a incêndios, tentativas de suicídio, desabamentos, e tantas outras ocorrências.

Nas comemorações do Dia Nacional do Bombeiro, realiza-se a formatura do Curso de Formação de Soldados Bombeiros/96 - Turma I, e inauguração do auditório Cel. CORM Pené Paul Wengenroth Silva, que merece votos de congratulações desta Casa.

REQUERIMENTO N° 551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, envio de votos de congratulações pela comemoração dos "120 anos da Caixa Econômica Federal no Paraná".

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A Caixa Econômica Federal que comemora 120 anos no Paraná, presta relevantes serviços na área social, financiando moradias, contribuindo com diversos produtos para o desenvolvimento da economia paranaense. Por sua função altamente qualificada, merece as congratulações por esta importante data desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 553

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de louvor ao Ilustríssimo Senhor Marcos Aurélio Rodrigues Silva, Diretor Presidente da Employer - Organização de Recursos Humanos, pela contribuição dada não só à população paranaense, mas a todo o território nacional, com vitória obtida no último dia 29 de maio, quando se deu a assinatura da Portaria 02/96, que aumenta o prazo do trabalho temporário de 03 (três) meses para 06 (seis) meses, iniciando assim uma grande luta em prol dos trabalhadores de todo o Estado e do Brasil, conforme disposto no

Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e que o presente seja enviado para a Av. Sete de Setembro, 5793, Patel, Curitiba - PR, CEP 80240-001.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) FENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de louvor a Excelentíssima Senhora Anne Mary Kuss Serrano, Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública em Curitiba, por ser a primeira mulher paranaense a integrar o Plenário do Tribunal Regional Eleitoral, conforme o disposto no Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e que o mesmo seja enviado para: Av. Cândido de Abreu, 535, 6º andar, Cartório da 3ª Vara da Fazenda, CEP 80.530-000, Curitiba, Paraná.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) FENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a transcrição nos anais desta Casa de Leis, a coluna intitulada como Ponto de Vista, de autoria da Associação Brasileira de Recursos Humanos Seccional Paraná (ABRH-PR), publicada no Jornal Gazeta do Povo do Dia 27 de junho de 1996, trazendo o assunto Trabalho Temporário: trabalhador controlando os seus próprio destino, abordado pelo Ilustríssimo Senhor Marco Aurélio Rodrigues Silva, membro do Conselho Político da ABRH-PR, e Diretor Presidente da EMPLOYER Organização de Recursos Humanos, e que seja enviado cópia do presente requerimento para a diretoria da ABRH, Rua Marechal Deodoro, 235, 4º andar Conjunto 408, CEP: 80020-907, e para o Diretor Presidente da EMPLOYER, Av. 7 de Setembro, 5793, Patel Curitiba-Paraná, CEP 80240-001.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) FENATO ADUR

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 300/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C P F T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação União Popular de Itaperuçu, com sede no Município de Itaperuçu e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) ANIRAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, Associação União Popular de Itaperaçu, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos em 14.01.1992, tem durante todos esses anos muito colaborado com a municipalidade de Itaperaçu para a melhoria de condições de vida de seus habitantes.

PROJETO DE LEI Nº 301/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C P E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Centro de Estudos Supletivos de Paranavaí, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A APM do Centro de Estudos Supletivos de Paranavaí, é uma associação civil sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Paranavaí.

São objetivos da APM discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade; prestar assistência aos educandos assegurando-lhes condições de eficiência escolar, integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade; proporcionar condições ao educando, criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis; representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de entidades sócio-educativa-desportivas; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios e prioridade, sendo condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

ca.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 302/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C P E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Leonel Franca, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A APM da Escola Estadual Leonel Franca, é uma associação civil sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Paranavaí.

São objetivos da APM discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade; prestar assistência aos educandos assegurando-lhes condições de eficiência escolar, integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade; proporcionar condições ao educando, criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis; representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de entidades sócio-educativa-desportivas; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios e prioridade, sendo condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 303/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Flauzina Dias Viégas, Ensino de Primeiro Grau, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A APM da Escola Estadual Flauzina Dias Viégas, é uma associação civil sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Paranavaí.

São objetivos da APM discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade; prestar assistência aos educandos assegurando-lhes condições de eficiência escolar, integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade; proporcionar condições ao educando, criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis; representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de entidades sócio-educativa-desportivas; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios e prioridade, sendo condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI N° 304/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Newton Guimarães, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A APM da Escola Estadual Newton Guimarães, é uma associação civil sendo órgão de representação dos pais e professores do estabelecimento, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com sede e foro no Município de Paranavaí.

São objetivos da APM discutir, colaborar e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino, e para a integração família-escola-comunidade; prestar assistência aos educandos assegurando-lhes condições de eficiência escolar, integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando sempre a realidade dessa mesma comunidade; proporcionar condições ao educando, criticar e participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis; representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola contribuindo, dessa forma, para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares; promover o entrosamento entre os pais, alunos, professores e membros da comunidade, através de entidades sócio-educativa-desportivas; contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios e prioridade, sendo condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Esta associação civil necessita receber os benefícios da legislação estadual referente à declaração de utilidade pública.

Tendo em vista os motivos supracitados contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposição que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Jocelito Canto no Pequeno Expediente.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de chamar atenção do companheiro Techy pois isto tem a ver com ele.

Na tarde de ontem usávamos esta tribuna para denunciar o mal-atendimento que é feito através da Secretaria de Saúde às pessoas mais simples, através do convênio do SUS na cidade de Ponta Grossa. Comentamos ontem à tarde com o Deputado Tecchy, sobre as dificuldades das pessoas em conseguir um internamento via SUS na cidade de Ponta Grossa. Quando os hospitais escondem vagas e, com isto as pessoas acabam perdendo vida. Quando nós falávamos aqui ontem, na cidade de Ponta Grossa morria

uma pessoa que, no dia anterior na madrugada havia tido problemas para internamento. Uma pessoa oriunda da sua cidade Deputado Tecchy, da cidade que o Senhor representa, Cidade de Imbituva, o que lamentamos profundamente. Dizíamos que, o cidadão Arildo Pedroso Ribeiro, de 23 anos, deu entrada no Pronto Socorro de Ponta Grossa por volta das 21:00 horas do domingo e, de lá começou uma maratona no sentido Hospital-Pronto Socorro; Pronto Socorro-Hospital e, ele só foi atendido depois que nós tivemos de comparecer pessoalmente ao Pronto Socorro para lhe prestar atendimento. Aí sim, ele foi atendido. E, por volta das 24:00 horas ele foi internado e não resistiu e, na tarde de ontem veio a falecer.

Com este acontecimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica comprovado que há uma má vontade no atendimento de alguns hospitais e que, o Governo do Estado, que a Secretaria de Saúde precisa fiscalizar, porque pessoas não podem morrer por falta de atendimento.

Por isto, como representante da Cidade de Ponta Grossa, principalmente das pessoas mais humildes, queremos que esta Casa tome uma providência e que, a Secretaria de Saúde também tome uma providência. Não podemos aceitar mais que, fatos como este voltem se repetir em Ponta Grossa. E que, as autoridades do Estado não se calem, que protestem, exijam, porque se o atendimento fosse particular haveria como atender. Agora, a pessoa era uma pessoa simples, um trabalhador do interior de Imbituva, essa pessoa foi mal-atendida, demorou o atendimento e, Deus queira que, não seja essa a causa da morte, porque senão, alguém cometeu um crime. E, criminoso tem que pagar pelo crime.

Portanto, Senhores Deputados, a Secretaria de Saúde do Estado do Paraná tem que fiscalizar os leitos, pois criou uma central de atendimento e, esta central não está funcionando porque os hospitais não têm leitos à disposição. Algo de errado está acontecendo e a Secretaria precisa prestar a atenção porque por ser humilde, uma pessoa não pode morrer sem atendimento.

Era o protesto que quero fazer hoje, em nome das pessoas desassistidas que são jogadas ao canto e que não têm condições de serem atendidas nos hospitais. Fica o registro para providências da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná para que mais fatos desses não ocorram e pessoas simples deixem de ser atendidas pelos médicos e hospitais de Ponta Grossa. Era o detalhe que gostaríamos de deixar, chamando a atenção do Secretário para que providências sejam tomadas e essa Central de marcação de leitos, tenha leito para oferecer

para as pessoas mais simples e mais humildes.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado João Tecchy Filho.

O SR. JOÃO TECCHY FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não queria pedir aparte, porque era Pequeno Expediente e quero deixar um esclarecimento, até sobre o que eu há dias me referi na tribuna com relação a essa centralização do atendimento, porque hoje é a melhor saída para pequenos municípios que não têm estrutura muito boa em saúde e durante muitos e muitos anos tudo fez com que os municípios sempre transferissem seus pacientes para cidades com melhores recursos e hoje vem ocorrendo na região, onde municípios pequenos como Imbituva, e Ivaí que transferem seus pacientes para Ponta Grossa e o Deputado Jocelito precisa ficar telefonando mais de uma hora para conseguir vaga nos hospitais de Ponta Grossa. É difícil e as cotas de internamento, queria deixar claro que hoje o hospital está gastando as cotas de dois meses seguintes, quer dizer, as cotas à disposição, já foram gastas. As cotas do mês que está correndo, foram gastas no mês seguinte.

Então já tem que internar pacientes para dois meses após, porque o número de cotas não é suficiente apenas para se completar aquele mês. Tem que se usar contando as que virão, até dali a dois meses. O Deputado Jocelito tem razão em falar a respeito dessa questão de assistência médica que vem ocorrendo na região com uma certa razão, mas a gente espera que a Secretaria de Saúde, conforme pedido do Jocelito e a gente também tem interesse em saber como é que vai ser feito a partir daqui para frente, para se dar melhor assistência aos nossos cidadãos de Imbituva e da região toda.

Só queria esclarecer essa questão de que existe uma falta de cotas, mas não é tanto a Secretaria de Saúde que teria culpa, porque isso são cotas conforme determinação do SUS e a Secretaria tem apenas a incumbência de tentar acertar o número reduzido de cotas para muitos atendimentos em todo o Paraná.

E isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores, passa-se à

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 068/96, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, convocando essa Assembléia Legislativa a reunir-se, extraordinariamente, no período de 08 a 15 do corrente mês, para apreciação de projetos de lei encaminhados através das mensagens que tramitam por esta Casa. À **Diretoria Legislativa**, para os devidos fins.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À **Diretoria Legislativa**.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À **Diretoria Legislativa**.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 532/95, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 498/95, Proposição nº 043/95. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 043/95 - Veto aposto ao Projeto de Lei nº 498/95, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, que institui o quadro e o plano de carreira dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná. **SEM RELATÓRIO DA C.C.J..**

Ofício/CIL/SEEG nº 269/95.

Curitiba, 20.12.95.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 265/95, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 498/95, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o quadro de servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, constituindo-o de cargos de carreira de provimento efetivo e de cargos de provimento em comissão. Estabelece que os cargos de provimento efetivo, acresci-

dos de novos 181, são reunidos em três grupos ocupacionais: superior, intermediário e básico, fixando respectivas tabelas de vencimentos. Define requisitos essenciais para investidura em tais cargos, assim como a forma de progressão na carreira. Cria e fixa remuneração para 90 gratificações de função. Trata do enquadramento de servidores ativos e inativos no plano de carreira que visa adotar.

Segundo informações prestadas pela Coordenadoria de Orçamento e Programação, órgão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, não há condições orçamentárias para suporte às despesas que decorreriam da execução do presente projeto de lei caso fosse acolhido. Esclarece a SEPL que "a proposta orçamentária encaminhada à Assembléia Legislativa para 1996, contempla ao Ministério Público dotação para pessoal e encargos sociais no montante de R\$ 39.263.160,00, com média mensal de R\$ 3.020.243,00. Em novembro de 1995 a folha do Ministério Público implantada para empenho é de R\$ 5.105.000,00, caracterizando uma situação de déficit orçamentário para 1996, sem a inclusão da proposta em análise", e que "a Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pelo Lei nº 11.153 de 25 de julho de 1995 no art. 12, inciso V estabeleceu para 1996 ao orçamento do Ministério Público, um valor correspondente de até 2% da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, das quais pelo menos 8,5% corresponderão à Despesa de Capital. Dentro desse critério o valor alocado total ao Ministério Público é de R\$ 46.650.540,00, valor este insuficiente, pois não cobre nem a folha de pessoal, a qual está estimada a preços atuais em R\$ 66.365.000,00".

Por outro lado, vale lembrar o entendimento de que antes os preceitos contidos no art. 33 e parágrafos, da Constituição Estadual, o regime jurídico e os planos de carreira do funcionalismo estadual deverão ser unificados, mormente em relação ao "tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras". (inc. VI - § 1º - art. 33 - C.E.)

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **JAIME LERNER**
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 498/95 foi publicado no D.A. nº 166, de 23.11.95).

Do processo de votação, a Mesa esclarece ao Plenário: para a votação da proposição já mencionada, veto apostado ao projeto de lei, adotará o disposto pelo § 4º, Artigo 71 da Constituição do Estado. A votação será por escrutínio secreto. Ao ser chamado pelo 1º Secretário, o Deputado deverá dirigir-se à mesa dos trabalhos, onde receberá a sobrecarta rubricada pelo Senhor 1º Secretário. A seguir, dirigir-se-á à cabina indevassável em cujo teor encontrará a cédula de votação, contendo as expressões "SIM" e "NÃO". Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão manifestar-se votando com as cédulas que contêm a expressão "SIM". Os contrários à manutenção do veto deverão manifestar-se, utilizando para a votação, as cédulas que contêm a expressão "NÃO".

A Presidência deseja salientar que para a rejeição do veto com conseqüente aprovação do projeto, serão necessários 28 votos com a expressão "NÃO", conforme previsão da parte final do § 4º do Artigo 71.

O Senhor 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados para se iniciar o processo de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estamos liberando a banca para votar conforme entendimento de cada um dos Senhores Parlamentares com relação a este Veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 48 Senhores Deputados.

Designo uma Comissão constituída pelos Deputados Valdir Possoni, Caíto Quintana, Antonio Annibelli e Joel Coimbra para comporem a comissão escrutinadora.

(Pausa)

Votaram 48 Senhores Deputados. Com a cédula "SIM" pela aprovação do projeto, quatro votos. Pela rejeição, 44 votos. Está aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Passaremos o restante da matéria.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 047/96, de autoria do Deputado Nelson Justus e outros, que altera o § 3º do Art. 61 da Constituição do Estado. COM PAPECEP FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO.

Em votação a Emenda à Constituição.

Esta Presidência esclarece ao Plenário que para votação da Proposição nº 047/96, proposta de emenda à Constituição do Estado, adotará os dispostos pelo § 5º do artigo 64, da Constituição do Estado, e artigo 196 do Regimento Interno. A votação

será pelo processo nominal, da seguinte forma: os nomes serão enunciados em voz alta pelo Senhor 1º Secretário. Os Senhores Deputados levantando-se de suas cadeiras responderão "sim" ou "não", conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação, § 4º, do artigo 167 do Regimento Interno.

A Presidência deseja salientar que para a aprovação da Proposição nº 47/96, serão necessários três quintos dos votos dos membros da Assembléia, ou seja, 33 (trinta e três) Deputados com a cédula "SIM".

Solicito ao Senhor 1º Secretário que dê início a chamada nominal, para a votação, que deverá ser procedida de duas chamadas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Procede a chamada nominal):

Dep. Luiz Carlos Alborghetti - SIM.

Pelo Líder Anibal Khury.

Dep. Luiz Carlos Martins - SIM.

Dep. Luiz Carlos Zuk - SIM.

Dep. Neivo Peraldin - SIM.

Dep. Nelson Garcia - SIM.

Dep. Edgar Bueno - AUSENTE.

Dep. João Techy - SIM.

Dep. Albanor José Gomes - SIM.

Dep. Algaci Túlio - SIM.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sim, Senhor Presidente, é o voto do Deputado Algaci Túlio, entendendo que a reeleição é cabível no Governo, na Presidência, nas Prefeituras. Evidentemente que já estou pensando lá na frente, eleito vice-Prefeito. Ficarei mais quatro anos na Prefeitura de Curitiba. E vocês se livram de mim aqui na Assembléia.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)

Dep. Ângelo Vanhoni - NÃO.

Dep. Antonio Belinati - AUSENTE.

Dep. Antônio Annibelli - SIM.

Dep. Augustinho Zucchi - SIM.

Dep. Basílio Zanusso - AUSENTE.

Dep. Peto Richa - SIM.

Dep. CAÍTO QUINTANA - SIM.

Dep. Carlos Simões - AUSENTE.

Dep. César Seleme - SIM.

Dep. Cezar Silvestri - SIM.

Dep. Cleiton Kielse - SIM.

Dep. Duílio Genari - SIM.

Dep. Durval Amaral - SIM.

Dep. Edno Guimarães - SIM.

Dep. Edson Lino - SIM.

Dep. Eduardo Trevisan - SIM.

Dep. Élio Rusch - SIM.

Dep. Emerson Nerone - NÃO.

Dep. Florisvaldo Fier - NÃO.

Dep. Geraldo Cartário - SIM.

Dep. Irineu Colombo - AUSENTE.

Dep. Irondi Pugliesi - SIM.

Dep. Jocelito Canto - Em respeito à nossa Mesa que faz um excelente trabalho, aos nossos dois grandes Presidentes, ao

Presidente Anibal e o nosso Presidente de Ponta Grossa, Luiz Carlos Zuk, "SIM", Senhor Presidente.

- O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)
- Dep. Joel Coimbra - SIM.
 - Dep. José Maria Ferreira - SIM.
 - Dep. José Tavares - SIM.
 - Dep. Luiz Accorsi - AUSENTE.
 - Dep. Claudio Romanelli - SIM.
 - Dep. Marquinhos Alves - SIM.
 - Dep. Miltinho Puppio - SIM.
 - Dep. Nelson Justus - SIM.
 - Dep. Nelson Tureck - SIM.
 - Dep. Nereu Moura - AUSENTE.
 - Dep. Orlando Pessuti - SIM.
 - Dep. Péricles Mello - NÃO.
 - Dep. Renato Adur - AUSENTE.
 - Dep. Peny Borsatto - SIM.
 - Dep. Picardo Chab - SIM.
 - Dep. Samis da Silva - AUSENTE.
 - Dep. Sérgio Spada - Ausente.
 - Dep. Toti Colaço - SIM.
 - Dep. Valdir Rossoni - SIM.
 - Dep. Walmor Trentini - SIM.

(Procede a 2ª Chamada Nominal).

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 44 Senhores Deputados. O Presidente não votou. 40 SIM e 04 NÃO.

- O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Uma salva de palmas para o futuro Governador do Estado do Paraná.
(Aplausos)

- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Nelson Garcia é convocado para assumir a segunda Secretaria.

Esta Presidência irá neste momento proceder a promulgação da Emenda 04 à Constituição Estadual do Estado do Paraná.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda a leitura dos termos da Emenda nº 04 à Constituição do Estado.

- O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - "Emenda nº 04 à Constituição do Estado do Paraná: A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, promulga nos termos do parágrafo 3º, do Artigo 61 da Constituição Estadual, a seguinte Emenda Constitucional.

Artigo Único, parágrafo 3º do Artigo 61 da Constituição do Estado do Paraná, passa vigorar com a seguinte redação: parágrafo 3º - a Assembleia Legislativa do Paraná, reunir-se-á em Sessão Preparatória a partir de 1º de fevereiro, do 1º ano da Legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de 2 anos.

Palácio 19 de Dezembro, 2 de julho de 1996.

1º Secretário Deputado Luiz Carlos

Martins, 2º Secretário Nelson Garcia".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná promulga nos termos do parágrafo 3º do Artigo 61 da Constituição Estadual a Emenda nº 04 da Constituição do Estado do Paraná.

A Presidência convida o Senhor 1º Secretário para pôr a sua assinatura no autógrafo, e o Senhor 2º Secretário.

Esta Presidência declara promulgada a Emenda nº 04 da Constituição do Estado do Paraná, determina a sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa e no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos de Lei.

Passaremos o restante da matéria.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 138/96, que dispõe sobre Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 1997, conforme específica. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 138/96

REDAÇÃO FINAL

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta lei as diretrizes orçamentárias do Estado para o Exercício financeiro de 1997 compreendendo:

I - as prioridades de Administração Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para elaboração do orçamento do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referentes ao exercício;

V - outras disposições.

CAPÍTULO I

Das Prioridades da Administração Estadual

Art. 2º - Constituem prioridades do Governo Estadual:

I - a consolidação de uma Estrutura básica para o Paraná, ao longo de um ano de integração;

II - o desenvolvimento sustentado do Paraná, através de políticas públicas convergentes nas áreas de meio ambiente, saneamento, energia, agricultura, industrialização, turismo, desenvolvimento de cidades, ciência e tecnologia;

III - o atendimento às necessidades básicas da população nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, habitação, se-

gurança, justiça, cidadania, abastecimento, cultura, atenção à criança e à família, geração de empregos e de renda;

IV - o desenvolvimento de ações integradas entre o governo e a sociedade, de forma a criar altos e crescentes níveis de produtividade e competitividade no Paraná;

V - disposições relativas às políticas de recursos humanos da Administração Pública Estadual, tais como: treinamento, plano de cargos, carreiras e salários;

VI - política de aplicação das instituições financeiras oficiais do Estado.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos, terão procedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1997, observadas as ações constantes do Anexo desta lei.

CAPÍTULO II

Da Organização das Estruturas do Orçamento

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará a Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto dos Anexos I, II, III, IV e V, que conterão:

I - legislação e resumos da receita referentes aos orçamentos Fiscal, próprio da administração indireta e de investimentos das empresas públicas e sociedades de economia mista;

II - resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;

III - orçamento Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os orçamentos próprios das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º incisos I e II da Constituição Estadual;

IV - orçamento de investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º inciso III da Constituição Estadual;

V - programa de obras, compreendendo o detalhamento físico e financeiro das obras previstas nos três orçamentos.

Art. 5º - Os orçamentos Fiscal e o próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo classificação funcional programática, observando a classificação da despesa e quanto a sua natureza, reestruturada nos moldes da Portaria SOF/SEPLAN nº 35, de 01 de agosto de 1989 e suas alterações, obedecendo os seguintes agrupamentos:

DESPESAS CORRENTES - Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida Pública, Outras Despesas Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL - Investimentos, Inversões Financeiras, Amortização da Dívida Pública, Outras Despesas De Capital.

Art. 6º - O orçamento de investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado por Empresa e terá a despesa discriminada segundo a classificação funcional programática, observada a classificação da natureza da despesa especificada no art. 5º desta lei.

Art. 7º - O Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993, será apresentado por unidade orçamentária, projeto/atividade, região ou município e obra individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos conforme modelo anexo a este projeto de lei.

Art. 8º - O Projeto de Lei que o Poder Executivo deverá encaminhar a Assembléia Legislativa, deverá demonstrar o gasto com pessoal e encargos sociais, por Poder e Total, executado nos últimos três anos, a execução provável em 1996 e o programado para 1997 com a indicação da representatividade percentual do total em relação a receita líquida, nos termos do artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até 1994, e da Lei Complementar nº 82 de 23 de março de 1995, em 1996 e 1997.

CAPÍTULO III

Das Diretrizes para Elaboração dos Orçamentos do Estado

SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 1996 (base de correção relativa a 30 de junho de 1996).

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 1996.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1996, de acordo com

os critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

Art. 10 - Na programação da Despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas unidades executora;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - classificadas como atividade dotações que visem ao desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das que resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo.

Art. 11 - Não poderão ser incluídas despesas a título de investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, na forma do art. 167 § 3º da Constituição Federal e do art. 135 § 2º da Constituição Estadual.

Art. 12 - O valor orçado das Operações de Crédito no exercício, não poderá exceder ao montante das despesas de capital fixadas no orçamento.

Art. 13 - As receitas de Órgãos, dos Fundos, Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e demais Entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e bens públicos.

Art. 14 - A Programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais, incluídas no Plano Plurianual.

§ 1º - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para sua conclusão.

§ 2º - No anexo de obras, as mesmas serão identificadas como novas, em andamento, paralisadas e reativadas, conforme a situação em que se encontrem.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1997 conterá, preliminarmente, exposição circunstanciada da situação econômica financeira do Estado, documentada com:

I - demonstração da Dívida Fundada e Flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

II - exposição da receita e despesa, particularmente no tocante ao Orçamento de

Capital;

III - demonstrativo das concessões de isenções fiscais;

IV - demonstrativo da dívida estadual, pagamentos e cancelamentos ocorridos durante o ano de 1995 e saldo atual;

V - demonstrativo dos recursos do Tesouro Estadual a serem transferidos às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para custeio de despesas de pessoal e encargos sociais e de manutenção das mesmas.

Art. 16 - O Projeto de Lei Orçamentária para 1997, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos Órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos necessários:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1996;

II - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná, e da Lei que vier a regulamentá-lo;

III - ao orçamento do Poder Legislativo, compreendendo Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, correspondente a até 4% (quatro por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

IV - ao orçamento do Poder Judiciário, compreendendo Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do Estado, correspondente a até 7% (sete por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

V - ao orçamento do Ministério Público correspondendo até 3,0% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas;

VI - as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

VII - ao pagamento do serviço da Dívida Pública;

VIII - aos empréstimos e as contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos na Constituição do Estado do Paraná no artigo 142 e artigo 58 das Disposições Transitórias;

X - a manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual; e

XI - ao custeio do plano complementar

ao Sistema Único de Saúde a que se referem as Leis Estaduais n.ºs 10.219 de 21 de dezembro de 1992 e 10.533 de 30 de novembro de 1993.

§ 1º - Os recursos remanescentes de que trata o "caput" deste artigo serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir:

Chefia do Poder Executivo	até 8%
Secret. Estado Ciência e Tec. e Ens. Superior	até 3%
Procuradoria Geral do Estado	até 1%
Sec. Est. Planejamento e Coordenação Geral	até 5%
Administração Geral do Estado - SEPL	até 14%
Sec. Est. Comunicação Social	até 1%
Sec. Est. da Administração	até 12%
Sec. Est. da Fazenda	até 6%
Administração Geral do Estado - SEFA	até 6%
Sec. Est. da Cultura	até 3%
Sec. Est. Segurança Pública	até 20%
Sec. Est. da Saúde	até 30%
Sec. Est. Justiça e Cidadania	até 8%
Sec. Est. Agricultura e Abastecimento	até 15%
Sec. Est. Desenvolvimento Urbano	até 5%
Sec. Est. dos Transportes	até 25%
Sec. Est. do Meio Ambiente	até 10%
Sec. Est. do Esporte e Turismo	até 2%
Secretário Especial Política Habitacional	até 12%
Ouvidor Geral do Estado	até 0,5%
Sec. Est. Ind. Comércio Des. Econômico	até 6%
Sec. da Chefia de Gab. do Governador	até 1%
Sec. do Est. do Governo	até 1%
Sec. Est. da Criança e Assuntos da Família	até 6%
Sec. Est. do Emprego e Rel. do Trabalho	até 4%
Sec. Est. de Obras Públicas	até 1%

§ 2º - Os recursos de que trata o parágrafo anterior serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos privados e públicos, nacionais e internacionais.

§ 3º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados mediante autorização do Poder Legislativo, por ato do Poder Executivo aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

§ 4º - Os recursos alocados no Orçamento do Estado do Paraná, e indicados para a Assembléia Legislativa, serão transferidos para a mesma, em duodécimos,

até o dia 20 de cada mês, num percentual de 100% do valor atribuído, e até o dia 10 do mês subsequente, a diferença apurada entre o valor de referência do mês de competência e o do mês imediatamente anterior.

Art. 17 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante de contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

SEÇÃO II

Das Diretrizes Específicas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta

Art. 18 - Os orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, para 1997, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, com um valor de até R\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais) - a preços de 1º de julho de 1996, ficando a despesa fixada em igual valor.

Art. 19 - O Orçamento Fiscal não conterá unidades orçamentárias e programações a cargo para transferência de recursos às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, ficando tais recursos apresentados nos Orçamentos Próprios das respectivas Instituições.

Art. 20 - As Propostas Orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas, respectivamente, pela Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral da Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21 - O Orçamento Fiscal terá as despesas com pessoal e encargos sociais fixados em até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor anual das receitas correntes, de acordo com o disposto nos artigos 38 e 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e Estadual respectivamente.

Art. 22 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser pro-

gramados para atender despesas de Capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 23 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 24 - O Orçamento Fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo único da Constituição Estadual, mediante prévia autorização legislativa.

SEÇÃO III

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 25 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicados na espécie investimento.

Art. 26 - Os montantes das despesas os orçamentos de investimentos não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 27 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1997, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

CAPÍTULO V

Das Outras Disposições

Art. 28 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesas, especificando por projeto e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta,

com valores corrigidos na forma do disposto no § 2º do artigo 8º desta Lei.

Art. 29 - Até 5 dias úteis após a publicação do relatório a que se refere o artigo 165, § 3º da Constituição Federal o Poder Executivo colocará à disposição da Assembleia Legislativa os dados relativos à execução orçamentária do período, por categoria de programação detalhada por fontes de recursos, grupos de despesas quanto a sua natureza mediante acesso amplo, através dos SIAF, COP e outros sistemas de controles da execução do orçamento.

Art. 30 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista durante o período de execução orçamentária.

Art. 31 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações, não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

§ 1º - Fica vedado aos Órgãos da Administração Direta e Indireta e Empresas Públicas, onde o Estado seja o acionista principal, prever e/ou repassar recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações, fundações, ou outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches e serviços de saúde.

§ 2º - No caso de Fundos de Pensão e Pecúlio, quando autorizados devidamente, os repasses não poderão ultrapassar em hipótese alguma o mesmo valor pago pelo servidor ou empregado.

Art. 32 - Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário publicarão no Diário Oficial do Estado, mensalmente, relatórios resumidos da execução orçamentária.

Art. 33 - No exercício de 1997, a título de reposição de pessoal, somente poderão ser admitidos servidores desde que:

I - existam cargos vagos;

II - houver vacância dos cargos ocupados;

III - houver dotação orçamentária específica para o atendimento da despesa, atestada pela Secretaria de Estado do Planejamento ou setor competente.

Art. 34 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que não:

I - sejam incompatíveis com as disposições do § 3º do artigo 134 da Constitui-

ção Estadual;

II - transfiram recursos próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

III - discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;

IV - incluam obras sem o respectivo detalhamento físico financeiro, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 02, e sem a clara identificação do investimento que será cancelado para criar o recurso necessário a emenda;

V - retirem recursos oferecidos como contrapartida de financiamentos, empréstimos, acordos, convênios e outras formas de contrato.

Art. 35 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ANEXO DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

I - DEFINIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESTRUTURA BÁSICA PARA O ESTADO

Continuidade na implantação de infra-estrutura a longo do Anel de Integração que une Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Guarapuava, permitindo rápida circulação da riqueza gerada, da conectividade física dos mercados, do intercâmbio tecnológico e da integração das comunidades, em parceria com a iniciativa privada F. DO FORTALECIMENTO DOS EIXOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO, A EXEMPLO DE:

Ponta Grossa-Castro-Jaguariaíva;
Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá;
Ponta Grossa-União da Vitória;
Londrina-Cornélio Procopio-Jacarezinho;
Londrina-Apucarana-Ivaiporã;
Maringá-Paranavaí;
Maringá-Cianorte-Umuarama-Guaíra;
Cascavel-Toledo-Guaíra;
Cascavel-Foz do Iguaçu;
Cascavel-Candói(Três Pinheiros)-Pato Branco-Francisco Beltrão;
Guarapuava-Pitanga.

Promoção, melhoria e ampliação da infra-estrutura de rodovias, ferrovias, aeroportos e portos, em parceria com a iniciativa privada, a exemplo dos projetos como Estradas Rurais, Caminhos da Educação, Manutenção e Conservação do Sistema Rodoviário; Construção de Rodoviárias, Apoio Rodoviário aos Municípios, Corredores Rodoviários do Paraná, Estadualização de Rodovias Federais + Anel de Integração, FERROESTE, Infra-estrutura Aeroportuária e Modernização dos Portos de Paranaguá e An-

tonina.

Implantação de "Portos Secos", dotados de terminais de carga e armazéns alfandegados que facilitarão as operações de importação e exportação nos pólos regionais, em parceria com a iniciativa privada.

II - DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO NO PARANÁ

Promoção do Plano Estadual de Saneamento Ambiental, estabelecendo medidas preventivas e corretivas que propiciem uma estrutura básica, ambientalmente correta para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Promoção do Plano Estadual de Recursos Hídricos visando identificar e gerenciar o potencial hídrico do Estado como um recurso estratégico para o desenvolvimento do Paraná.

Estabelecer o programa de coleta seletiva e destinação final de resíduos sólidos e de agrotóxicos e ainda estimular o reaproveitamento de produtos não contaminados através da implantação de propostas e oficinas de reciclagem nos locais de maior concentração destes resíduos.

Estabelecer medidas de controle de processos erosivos e de preservação de fundos de vales, visando a criação de parques e bosques ecológicos, maximizando o potencial ecoturístico do Estado.

Estímulo à implantação de Eixos Regionais de Desenvolvimento com prioridade às regiões economicamente deprimidas, a formação e a consolidação de cadeias produtivas em consonância com a produção e a vocação regional; expansão do programa de desenvolvimento econômico do Estado, potencializando a implantação de indústrias e serviços que complementem a cadeia produtiva local, de forma a aumentar a renda dos produtores rurais e a geração de empregos no campo e na cidade durante os 12 meses do ano; implantação da Universidade do Campo.

Promoção da melhoria de vida dos paranaenses através do combate a pobreza no meio rural, o manejo e conservação dos recursos naturais, a capacitação e profissionalização, a organização e o fortalecimento institucional e mecanismos de apoio sócio-econômico ao trabalhador rural.

Continuidade na implantação de Vilas Rurais para a fixação de famílias de trabalhadores rurais volantes, fornecimento de condições de moradias, educação, saúde, infra-estrutura de água e energia.

Estímulo a novos mecanismos de comercialização de produtos agropecuários, promovendo a melhoria na comercialização e fomento às atividades econômicas no âmbito do Estado, através da participação da iniciativa privada como agentes de desenvolvimento.

Apoio ao fomento de novas tecnologias com vistas ao desenvolvimento da agropecuária, em especial a cafeicultura e diversificação nas pequenas propriedades rurais.

Intensificação de ações que fortaleçam o Paraná como centro de excelência na agricultura, através de estímulo a pesquisa e extensão rural, consolidando o conceito de Estado como comunidade competitiva.

Implantação de incubadoras Tecnológicas voltadas ao fortalecimento da agroindustrialização do Paraná.

Difusão do Fórum das Américas, na região formada por Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra bem como o incentivo a atividade de pesquisa, comércio regional e exposições nacionais e internacionais.

Consolidação do Centro Regional de Negócios, distribuído ao longo das cidades que compõem o eixo Londrina-Maringá.

Início da implantação do Programa Costa-Oeste nas regiões lindeiras do Lago de ITaipu.

Promoção do desenvolvimento integral e auto-sustentável da região de influência da Floresta Atlântica e seus remanescentes, garantindo a base ecológica da economia regional e o bem-estar social, mediante a conservação e manejo dos ecossistemas e de sua biodiversidade.

Continuidade da conservação e recomposição de Fundos de Vales e Matas Ciliares.

Apoio às atividades de melhoria das condições habitacionais e de apoio à auto sustentabilidade das comunidades indígenas.

Início da recuperação da cobertura vegetal do Estado através de programas de preservação das reservas e de programas de reflorestamento destinados à conservação dos recursos e à exploração comercial de forma racional.

Início da integração do complexo Vila Velha/Guartelá, dotando-o de infra-estrutura necessária.

Criação de Parque Estadual das Araucárias de forma a preservar a biodiversidade e ecossistemas Floresta das Araucárias.

Continuidade ao programa de Educação Ambiental, com o objetivo de proporcionar à comunidade instrumentos para melhoria da qualidade de vida do Estado, a exemplo dos projetos "Lixo que não é lixo" "Câmbio Verde" "Coleta e Destinação Final de Resíduos Hospitalares, Agrícolas e Industriais".

Melhoria da infra-estrutura no litoral paranaense, visando dar suporte ao atendimento a turistas e veranistas, promovendo a economia local e, em especial, dos pontos marcantes da região.

Promoção e estímulo ao desenvolvimento

econômico do triângulo formado por Foz do Iguaçu, Cascavel e Guaíra, com início da implantação do Pólo Continental, através da formação de Distritos Industriais consorciados em parceria com Municípios.

Promoção de ações na Região Metropolitana de Curitiba tais como, a preservação e recuperação de áreas verdes através de Parques Regionais em Fundos de Vales, estruturação urbana e fomento ao desenvolvimento, saneamento ambiental, estruturação física da Região Metropolitana de Curitiba, integração e ampliação do sistema de transporte coletivo metropolitano.

Intensificação das ações do Centro de Design do Paraná.

Apoio ao Investimento Produtivo operacionalizado por mecanismos fiscais, objetivando o fomento à implantação, expansão e à reativação de estabelecimentos industriais, bem como a modernização tecnológica e o incremento do emprego no Paraná.

Criação de Núcleos Regionais de Fomento, junto a agências do BANESTADO, visando à identificação de oportunidades de investimentos e a atração de novos negócios. Estímulo às atividades geradoras de emprego, a exemplo de projetos como o Quartel de Foz do Iguaçu, Centro Internacional de Negócios, Trade Point, Escritório Regional do Itamaraty.

Promoção de ações sinérgicas à maior integração do Paraná ao MERCOSUL dinamizando em seu âmbito as relações econômicas, culturais, e tecnológicas de modo a consolidar a inserção do Paraná no continente e a ressaltar suas vantagens competitivas, a exemplo do Fórum das Américas do Portal Aduaneiro em Foz do Iguaçu e da Universidade das Américas.

Promoção de desenvolvimento do Trabalho do Paraná, implantando Centros de Apoio ao Trabalhador Rural Volante, Programas de Apoio à Comercialização, Cooperativas de Trabalho em Municípios, Programas de Geração de Emprego e Renda, Galpões da Produção, elaboração de estudos e pesquisas em conjunto com o PROGER, fomento à organização de micro produtores em associações e cursos de capacitação gerencial.

Continuidade à pesquisa do trabalho rural volante, com a intensificação do programa de capacitação de entidades sindicais; implantação do programa de formação política dos trabalhadores e a promoção de programas que visem à melhoria nas Relações de Trabalho do Paraná; intermediação de mão-de-obra e intensificação da formação profissional do trabalhador paranaense.

Implantação das ações relativas ao Programa Paraná Mineral visando a valorização da produção mineral, identificação de necessidades e oportunidades regionais de investimento e intensificação do supor-

te aos planos de uso e ocupação de solos de municípios.

Promoção do desenvolvimento urbano no Paraná, implantando ações que visem à melhoria de qualidade de vida da população nas áreas urbanas de forma orientada quanto ao crescimento ordenado e sustentado.

Expansão do programa de desenvolvimento de cidades, com vistas ao fortalecimento do poder local e do desenvolvimento sustentado, a exemplo de projetos como o de implantações de Barracões Industriais.

Promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, considerando a pesquisa básica e a pesquisa aplicada como elementos estrategicamente integrados ao desenvolvimento social e econômico, a exemplo de Projetos da Rede Araucária do Paraná, incubadora de Alta Tecnologia, Centros de Biotecnologia, Consolidação do Laboratório de Informática do TECPAR, Produção de Vacina Tríplice, Implantação de Exploratório na Casa da Ciência, Telemática Interativa, Qualidade do Ensino Superior do Paraná.

Estímulo à atividade de turismo no Estado através de projetos como Turismo Ecológico, Histórico e Rústico, Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo, Municipalização do Turismo, Eco-Verão, dentre outros.

III DESENVOLVIMENTO HUMANO

Continuidade à descentralização hierarquizada do sistema de saúde de modo a criar um atendimento personalizado do paciente em todo o Estado, integrado a uma proposta global com vistas à vigilância à saúde, regionalização e gestão de serviços e ações de saúde pelos municípios, participação da sociedade, informação, comunicação social e recursos humanos.

Recuperação, planificação e otimização da capacidade instalada de serviços na área de saúde.

Incremento das ações de suporte nas áreas terapêuticas, de apoio diagnóstico e de desenvolvimento institucional.

Ampliação da assistência ambulatorial básica e especializada, assistência hospitalar local e referenciada e assistência farmacêutica.

Continuidade à implantação de Centrais de marcação de consultas especializadas, de leitos, de ambulâncias e de redes de apoio laboratorial, de Linhas de Saúde Intermunicipal e Intramunicipal, da Rede integrada de Hemocentros, Hemonúcleos e Agências Transfusoriais, da Produção de Imunobiológicos e Insumos para Laboratórios, e de Projetos Ligados à Saúde da Criança, do Trabalhador, Saúde Mental, Saúde Bucal e do Combate a Epidemias e Endemias.

Expansão do Sistema Integrado de Assistência ao Trauma e Emergência - SIAT e a criação da Central Estadual de Transplantes.

Intensificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde e da Rede de Hospitais comunitários do Paraná.

Descentralização gradativa do sistema educacional, com a participação da comunidade, com maior autonomia e agilidade às escolas.

Continuidade ao programa de Qualidade de Ensino de 1º e 2º graus com:

- implantação de instrumentos necessários para aumentar a permanência do aluno na escola;
- implantação de programas culturais, de incentivo à criatividade, esportes e modelos educacionais alternativos;
- recuperação e otimização de uso dos equipamentos da educação;
- implantação de programas de treinamentos e atualização em serviço para os profissionais da educação, voltados às realidades regionais;
- expansão do projeto "Vale Saber" aos professores que desenvolverem e aprimorem seus conhecimentos;
- intensificação da Universidade do Professor.

Acompanhamento e apreciação do Desempenho do Sistema Educacional através dos projetos, Educação Rumo Certo, Avaliação da Aprendizagem, Avaliação do Desempenho de Docentes e da Equipe Técnico-Administrativo-Pedagógica, entre outros.

Agilização de mecanismos operacionais, com a intensificação do "Banco Escolar".

Expansão e diversificação de oportunidades educacionais incluindo a implementação do "Vale Ensinar", a consolidação do ciclo básico de alfabetização, o fortalecimento das Escolas de Campo, o acompanhamento do Plano Decenal de Educação, a criação de curso de magistério para professores leigos, entre outras.

Incentivo à criação de cursos profissionalizantes e universitários voltados às demandas de cada região.

Incentivo à consolidação de Universidades vinculadas às vocações regionais com participação da comunidade para a sua viabilização técnica, econômica, financeira e científica.

Continuidade à descentralização do Sistema Penitenciário do Estado, através da construção de complexos penitenciários, além de programas de educação e capacitação à cidadania, a exemplo do projeto "Penitenciárias-Industriais".

Continuidade aos programas na área de Seg. Pública, fortalecendo a polícia ambiental, o batalhão de patrulheiros rurais e a interação com segmentos da Polícia Federal para fiscalização de fronteiras;

extensão do policiamento ostensivo para combate a violência urbana; implantação de módulos policiais nas cidades-polo com a participação da comunidade; investimentos para o Corpo de Bombeiros; modernização do DETRAN.

Expansão de programas que desenvolvam política social com ações de caráter emancipador voltados aos segmentos de população excluídos do acesso aos serviços essenciais.

Promoção da convivência familiar da criança e do adolescente, intensificando projetos como PIA, Creche, Formando Cidadão, PIA no Esporte, PIA Ambiental, PIA acrescido da especificidade que caracteriza a comunidade indígena - Da Rua Para Escola, Apoio a Entidades de Atendimento à Família e Registro Civil.

Implantação de Programas de Proteção Especial à Criança e ao Adolescente, através da interiorização dos Centros Integrados de Atendimento ao Menor Infrator, da implantação de unidades de atendimento regionalizadas de semi-liberdade, da ampliação de atendimento em Liberdade Assistida e do Projeto de Casas-Lares.

Expansão de Programas de Atenção ao Idoso, através de Projetos de Revitalização de Asilos (Moradas do Sol), Casa-Lar, Condomínio da 3ª Idade, Centro de Convivência e Produção (Clube dos Idosos), entre outros.

Expansão de Programas de atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, a serem implementados através de projetos como "Perfil da Pessoa Portadora de Deficiência", "Sistema de Atenção Continuada", "Casa Lar" e "Sistemas de Informações Gerais de Apoio".

Ampliação do Desenvolvimento Comunitário, através de programas de apoio ao desenvolvimento sócio-econômico do Trabalhador Rural, ao Fundo de Desenvolvimento Comunitário, ao Assentamento Rural, ao Desenvolvimento Comunitário nas Vilas Rurais, ao Centro de Apoio ao Trabalhador volante.

Estímulo ao fomento de organizações comunitárias através da Capacitação de Lideranças Comunitárias e Centros de convivência da Família.

Implantação da Central de Produção de Alimentos, em parceria com o PROVOPAR Estadual, Prefeituras Municipais e ONG's.

Fomento às atividades produtivas através de Projetos de Estímulo ao Ofício como Linha/Estação de Ofício, PIA no Ofício e Estação da Produção.

Incentivo e Valorização do Artesanato Paranaense.

Continuidade as atividades de esporte e lazer fundamentais à uma melhor qualidade de vida do cidadão, respeitando as características regionais e municipais na

busca da transformação do seu cotidiano, a exemplo de Projetos como Vila Olímpica, Parceria Esportiva, Memória Esportiva, Paraná Olímpico, Integração das Pessoas Deficientes, Esporte Universitário, entre outros.

Continuidade à política cultural através do fortalecimento da memória e da identidade paranaense; recuperação e preservação do litoral, das edificações e sítios históricos; incentivo à pesquisa como meio de valorização e resgate da história vivida pelo povo do Paraná; o acesso às informações culturais à comunidade.

Intensificar Projetos como Canal da Música, Trilha da Cultura, Revitalização do Centro Histórico de Antonina, Correio da Memória, Canal Paraná, Centro de Estudos de Música de Londrina, Grandes Festivais, Produções em Artes Cênicas e Musicais, Museu Paranaense, Etnias Paranaenses, Cinema Paraná, Literatura e Editoração, Livros de Arte, Memória e Patrimônio, Reequipamento dos Museus, Centro de Restauro e Caminhos do Paraná, entre outros.

Concentrar esforços no sentido de amenizar o grau de carência habitacional de uma significativa parcela da população possibilitando a implementação de estratégias para assegurar a casa própria, material de construção e lotes urbanizados, e no meio rural o assentamento dos trabalhadores volantes a exemplo de projetos como "Habitação Urbana", "Habitação Rural" e "Casas do Ofício".

IV EFETIVIDADE NA GESTÃO PÚBLICA

Descentralização administrativa, levando às cidades-polo infra-estrutura pública, de modo a dar respostas mais ágeis às demandas da sociedade proporcionando sinergia entre os recursos financeiros, tecnológicos e humanos, entendendo a qualidade na gestão pública como indutora do processo de transformação.

Promoção de maior interação entre as esferas governamentais de forma a aproximar os poderes Legislativo, Executivo, Judiciário e Ministério Público nos âmbitos municipal e federal, promoção de ações que aproximem o cidadão e o Estado.

Promoção de ações indutoras e facilitadoras do processo de gestão através de conceitos e enfoques diferenciados do sistema hierárquico e burocrático atual, via fomento de parcerias de tecnologia e de gerência; participação de universidades e escolas-técnicas como centros de pesquisa pura e aplicada em cada região.

Expansão do programa de modernização da administração do Estado com o uso racional e intensivo da tecnologia da informação.

Intensificação de ações de representação do cidadão junto ao Governo, através da Ouvidoria Geral.

Descentralização e desburocratização dos serviços da Junta Comercial do Paraná PROCON e IPREM, garantindo uma atuação efetiva em defesa do consumidor e do micro e pequeno empresário.

Expansão dos programas de organização municipal, de assistência técnica aos municípios, de capacitação de recursos humanos, bem como o fortalecimento da descentralização técnico-administrativa das unidades do Estado.

Intensificação e reforço à área de arrecadação e fiscalização via medidas reestruturantes da gestão tributária e financeira do Estado a exemplo de projetos como: Operação Outono, Porta a Porta, Desemquadramento de Microempresas, Operação Integração, Cidadão Nota 10.

Consolidação de mecanismos de incentivos às atividades econômicas através de uma política orientada nas áreas creditícia e tributária.

Continuidade à política de desenvolvimento humano do servidor público estadual como co-partícipe da gestão, com vistas à profissionalização, dignificação e valorização de tal forma a dar um salto de qualidade nos serviços prestados pelo Estado, de maneira compartilhada.

ANEXO DO PROGRAMA DE OBRAS

NOME DO ÓRGÃO

NOME DA UNIDADE

CÓDIGO ESPECIFICAÇÃO UNIDADE QUANT. FONTE

VALOR (R\$ 1,00)

Instruções: O anexo do Programa de Obras será apresentado por Órgão, Unidade e Projeto/Atividade e por Região ou Município, dependendo do nível de agregação da obra. Na coluna do "Código" aparecerá o código Projeto/Atividade e o número sequencial da obra, ou seja de 001 a 9999 para cada P/A. Na coluna de "Especificação" aparecerá o nome do Projeto/Atividade, seguido da região ou município e da descrição das respectivas obras, juntamente com as unidades de medida (km, m, etc). Na coluna "Quantidade" será apresentada quantificação da unidade especificada. Na coluna "Fontes" será especificada a origem dos recursos a serem dispendidos com a obra, indicando a Fonte do "00" a "92". Se a obra tiver recursos de mais de uma fonte, deverá aparecer uma linha para cada fonte. Na coluna "Valor" será apresentada a quantidade de recursos por fonte para cada obra. **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/95 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi que declara de Utilidade Pública a Associação Intermunicipal de Saúde, com sede e foro na comarca de Pato Branco, Es-

tado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/95 de autoria do Deputado Walmor Trentini que declara de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS, com sede e foro no Município de Paranavaí. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 532/95 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi que autoriza o Poder Executivo a reintegrar o Jornalista Ruyter Carraro, forçado a demissão da COPASA conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/96 de autoria do Deputado Algaci Túlio que autoriza o Poder Executivo a instituir o programa Pró-Escola no Estado do Paraná, disciplina a utilização e inserção de publicidade no material escolar, equipamentos e instalações escolares da rede pública de ensino e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J., AS DE Nº 01, 02 E 03, E FAVORÁVEL AS DE Nº 04 e 05. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 088/96

P A R E C E R:

A análise das emendas de Plenário apresentadas ao Projeto de lei em exame, de autoria do Deputado Algaci Túlio que inovadoramente visa autorizar o Poder Executivo a captar recursos da iniciativa privada para a rede pública de ensino, porque alcançam matéria que deverá ser regulamentada por resolução do Secretário da Educação. A regulamentação da lei é ato administrativo de competência do Poder Executivo.

Todavia as de números 4 e 5, são muito oportunas e enriquecedoras do meritório projeto de lei. Dentro das limitações constitucionais e legais merecem acolhida. É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

VALDIR FOSSONI - Relator

Apoiamento: Orlando Pessuti, Luiz Claudio Fomanelli, Geraldo Cartário, Walmor Trentini, Basílio Zanusso, José Tavares, Cezar Seleme.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 137/96 de autoria do Deputado Algaci Tú-

lio que declara de Utilidade Pública a Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/96 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Empresário Valmor Weiss. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/96 de autoria do Deputado Luiz Cláudio Romanelli que declara de Utilidade Pública Estadual a Central Única da Terceira Idade - CUTIPAP, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/96 de autoria do Tribunal de Contas do Estado que extingue e cria na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado, os cargos que especifica e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EMENDA DA C.C.J. E SUBSTITUTIVO GERAL DA C.F..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Dr. Rosinha, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Ângelo Vanhoni e Péricles Mello, com apoio do Sr. Deputado Neivo Beraldin, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 198/96

Art. 1º - Ficam extintos da estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, os seguintes cargos de provimento efetivo: 04 (quatro) cargos de Revisor Assistente, RA-4/I; 03 (três) cargos de Auxiliar Administrativo, AD-10/I; 04 (quatro) cargos de datilógrafo, DT-9/I e 02 (dois) cargos de Auxiliar de Controle, AC-08/I.

Art. 2º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, os seguintes cargos: a) de provimento em comissão: 01 (um) cargo de Assistente Administrativo da Presidência, simbologia DAS-2; 01 (um) cargo de Assistente Administrativo da Procuradoria-Geral, simbologia DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor Técnico da Coordenadoria-Geral, simbologia DAS-3; 01 (um) cargo de Oficial de Gabinete da Presidência, simbologia 1-C.

Art. 3º - As despesas decorrentes da nova estrutura de cargos, especificada no artigo anterior desta lei, serão compensadas com a extinção dos cargos descritos no art. 1º supra.

Parágrafo Único - O excedente dos valores de vencimentos, ainda provenientes da extinção de cargos e não substituição por outros, deverão compor o percentual de reajuste para todos os servidores e empregados do próprio Tribunal de Contas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.96.

(aa) DOUTOR ROSINHA

EMERSON NERONE

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES MELLO

Apoiamento: Neivo Beraldin.

JUSTIFICATIVA: Em nome dos princípios da moralidade pública, legalidade, impessoalidade e igualdade, apresentamos este substitutivo geral reduzindo, inicialmente, o número de cargos propostos. Esta redução foi orientada, além dos citados princípios, pelo também da economicidade, posto que são nocivos ao Erário gastos desnecessários, como 04 (quatro) oficiais de gabinete para a Presidência do Tribunal, quando bastaria um; assim como assessores administrativos a se debaterem com os servidores já existentes à disposição dos Conselheiros. O mesmo se diz dos consultores jurídico e técnico, que foi formado pela triagem da aprovação em concurso público. Parece-nos, portanto, que trata-se, antes de tudo, de uma questão de melhor distribuição do seu quadro pessoal.

O Projeto retorna às Comissões Competentes.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/96 de autoria do Deputado Reto Richa que declara de Utilidade Pública a - APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, com sede e foro no Município de Paranavaí.

COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/96 de autoria do Deputado Walmor Trentini que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Humberto de Campos, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, com sede e foro no Município de Querência do Norte. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/96 de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná a Justiniano Clímaco da Silva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimentos nºs 546 e 547, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 548, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 550 e 551, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 552, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 553 e 554, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 555, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária, para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto e Lei nº 057/95.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 088 e 209/96.

Convoco os Senhores Deputados para a Sessão Ordinária de Instalação do Período Extraordinário, dia 08, segunda-feira, à hora regimental.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RENATO ADUR, EM SESSÃO DO DIA 02 DE JULHO DE 1996.

"TRABALHO TEMPORÁRIO: TRABALHADOR CONTROLANDO O SEU PRÓPRIO DESTINO"

ABRH-PR

Jornal Gazeta do Povo

"A ABRH-PR já está conseguindo produzir resultados para a área de recursos humanos". A afirmação foi feita pelo Diretor de Representatividade da entidade, Claudio Cercachin, em encontro com representantes do interior, no último sábado, em Curitiba.

A Diretoria de Representatividade (Claudio Cercachin e Alberto Percegon, diretor e vice, respectivamente), apresentou para representantes de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cafelândia e Palotina os objetivos da ABRH/PR para o biênio 96/97. Entre outros, são: aumentar o número de associados; aumentar a representatividade junto aos sócios empresariais; aumentar a representatividade no interior e no meio político.

"O aumento da representatividade e do número de associados tem que ser uma consequência do nosso trabalho perante a sociedade", disse Claudio Cercachin. Para o diretor, "A ABRH/PR precisa ser conhecida não só pelo profissional (gestor) de recursos humanos, mas também pelos empresários".

Para atingir seus objetivos, a Diretoria de representatividade estabeleceu algumas diretrizes. Quer, por exemplo, criar um guia de produtos e serviços voltados para a área de recursos humanos, de todo o Paraná. E, estabelecer convênios e parcerias com Associações Comerciais, SERRAE, Delegacias do Trabalho, entre outras, "buscando o crescimento e o desenvolvimento do nosso gestor de seres humanos", acentua.

Para Claudio Cercachin, é preciso que os empresários tomem consciência de uma verdade, que se não é novidade, pelo menos é algo que é irreversível: "A tecnologia é igual para todos. O grande diferencial é o ser humano. É nele que as empresas precisam investir", afirma.

Participação

Os profissionais de recursos humanos, porém, precisam "acordar" para a nova realidade que os cerca. "Precisamos envolver outras pessoas, os gestores de recursos humanos, que também são profissionais que tratam com pessoas", explica Claudio Cercachin.

É dentro dessa nova visão, de que quem trata com pessoas é gestor de seres humanos, que a ABRH/PR vem desenvolvendo suas iniciativas.

"Essa mudança de direcionamento é importante também para o interior", explica o diretor. Reuniões como a realizada no último sábado, em Curitiba, devem se repe-

tir tanto na capital como no interior.

"Cada associado, cada diretor da ABRH/PR é um diretor de representatividade. Cada um de nós pode divulgar a entidade onde for. É assim que queremos que funcione a nossa diretoria. Queremos aumentar o leque de representatividade no interior do Estado", conclui Cercachin.